

# Cabral dá parecer favorável à emenda propondo plebiscito sobre monarquia

Banco de Dados



O deputado Bernardo Cabral (do PMDB do Amazonas), relator da Constituição

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, deu parecer favorável a uma emenda do deputado Cunha Bueno (PDS-SP) que propõe a realização de um plebiscito para decidir se o Brasil continua sua trajetória republicana ou volta ao sistema monárquico.

A proposta de Cunha Bueno estabelece que, em 7 de setembro de 1993, os eleitores brasileiros irão às urnas escolher, em plebiscito, se preferem um sistema de monarquia parlamentarista, república presidencialista ou república parlamentarista.

Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, Cunha Bueno



defende esta proposta desde o início dos trabalhos do Congresso constituinte. Ele reapresentou sua emenda em todas as fases do trabalho de confecção da nova Constituição.

Embora seja sempre incluída entre as emendas folclóricas do projeto constitucional, a proposta tem, em parte, coerência com o texto aprovado pela Comissão de Sistematização.

Se o plenário do Congresso constituinte — que inicia seus trabalhos de votação no próximo dia 27 — ratificar a aprovação do parlamentarismo e um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, deve confirmar também uma salvaguarda de cinco anos para o novo sistema. Depois deste prazo, em 1993, um plebiscito poderia ser feito para a recuperação do sistema presidencialista de governo ou, no caso de viscejar a proposta do deputado Cunha Bueno, instalar a monarquia parlamentarista no Brasil.

## Covas e esquerda preparam destaques contra Centrão

Os partidos de "esquerda" do Congresso constituinte e a facção peemedebista fiel ao senador Mário Covas (SP), líder do partido, estão armando uma estratégia conjunta para apresentação de pedidos de destaque (votações isoladas de emendas no plenário) numa tentativa de derrubar as propostas do Centrão para a nova Constituição.

Na manhã de hoje, representantes do PT, PCB, PC do B, e PDT reúnem-se com os vice-líderes do PMDB, deputados Antônio Britto (RS) e Néelson Jobim (RS), para a redação de destaques conjuntos. O prazo para entrega de destaques termina na próxima segunda-feira.

A união da "esquerda" com a ala covista aumenta as possibilidades de rejeição das propostas do Centrão. Pelo novo regimento, cada constituinte pode apresentar apenas seis pedidos de destaque — o que restringe a atuação dos parlamentares, porque não havia limitação para número de destaques pelo regimento antigo.

Tanto os peemedebistas ligados a Covas quanto os partidos de "esquerda" querem ter asseguradas chances

de pôr em votação todos os pontos polêmicos da nova Constituição. Esta possibilidade fica comprometida caso o Centrão consiga aprovar um texto substitutivo integral ao aprovado pela Comissão de Sistematização.

A primeira votação de cada um dos capítulos da nova Constituição será iniciada com a apreciação de um projeto substitutivo integral redigido pelo Centrão. Isto está assegurado porque o grupo conquistou o apoio de 280 constituintes (a maioria do plenário) para suas emendas. Se o plenário aprovar o texto do Centrão, os opositores do grupo terão de tentar recuperar as soluções aprovadas pela Sistematização, ou mesmo outras, votando artigo por artigo. Estas votações só podem ocorrer a partir de pedidos de destaque. O interesse de união das "esquerdas" e do grupo de Covas baseia-se na ampliação deste número de votações. Para apresentar pedidos de votação em separado, há a necessidade de um requerimento apoiado por 187 constituintes. Sem o PMDB, a "esquerda" consegue reunir, no máximo, 110 apoios.

## Constituintes se queixam das regras formuladas pelo Centrão

Um emaranhado de regras orienta a votação definitiva do texto da nova Constituição. Além dos tradicionais mecanismos do Poder Legislativo, o novo regimento do Congresso constituinte, formulado pelo Centrão, acrescentou novas regras que estão provocando dúvidas, queixas e protestos dos constituintes.

A votação da nova Constituição será feita por capítulos, seguindo-se a ordem cronológica do projeto. Ao se iniciar a votação de um capítulo, a primeira proposta a ser votada será a emenda substitutiva integral do Centrão, que altera, em maior ou menor parte, todo o texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Pela avaliação geral, o Centrão manteve 80% do texto. As alterações, entretanto, mexem nos pontos substanciais.

Depois de votado o substitutivo do Centrão, o plenário inicia a votação dos "requerimentos de destaque" — como cada um dos 559 constituintes pode apresentar seis pedidos, eles poderão chegar a 3.354. Um outro mecanismo regimental — "requerimento de preferência" — permite que os destaques apoiados pelo menos por 56 constituintes sejam votados antes que outros. Os "requerimentos de preferência" com maior número de assinaturas terão prioridade.

Os "requerimentos de destaque" podem ser de três tipos e incidir sobre o texto aprovado pela Sistematização ou pelo texto substitutivo do

Centrão. Se o Centrão conseguir aprovar o seu texto, os destaques que tratam de artigos referentes ao projeto da Sistematização continuam válidos. São os seguintes tipos de destaque possíveis:

1 - Requerimentos de destaque sobre emendas individuais — Todas as 2.023 emendas apresentadas podem ser destacadas — tanto as que receberam parecer favorável quanto contrário. Pelo emaranhado do novo regimento, as lideranças vão destacar emendas dos dois blocos. A lógica regimental supõe destaques apenas para propostas rejeitadas pelo relator;

2 - Requerimentos para aprovação ou supressão de uma parte do projeto ou do substitutivo — Dentre os seis pedidos que cada constituinte tem direito, ele pode pedir que um artigo ou trecho dele seja posto em votação. Assim como para aprovação de uma emenda, são necessários 280 votos para que esta parte seja aprovada ou suprimida;

3 - Requerimento de destaque para votação em separado de parte do projeto ou do substitutivo — É a principal inovação do novo regimento. Um grupo de 187 constituintes pode pedir que um artigo seja posto em votação. Quem quiser mantê-lo precisará reunir o apoio de 280 constituintes. É a inversão do mecanismo que tenta suprimir um texto, quando é necessário o mesmo quórum para excluir a proposta.